

Tradução por Amanda Dias, Gisele Fonseca Chagas, Gustavo Barbosa e Leonardo Schiocchet, com a supervisão de Amanda Dias.

JIHANE SFEIR*

FRONTEIRAS DO “OUTRO” E A CONSTRUÇÃO
DE “SI”: O CASO DOS PALESTINOS NO LÍBANO,
1947-1952

Resumo: *Este estudo tem como objetivo analisar a identificação dos palestinos durante os primeiros anos de seu exílio libanês (1947-1952). Trata-se de retornar ao estabelecimento das fronteiras separando o Líbano do Mandato da Palestina e do Estado de Israel pós- 1948. Em segundo lugar, objetiva-se estudar um conjunto de políticas que definiram a atitude institucional libanesa para com uma população estrangeira. O artigo conclui com uma análise do impacto das fronteiras sobre a formação de novas identidades palestinas e libanesas, da redefinição do espaço nos quais foram construídas as identidades dos habitantes de ambos os lados da linha que separava o Líbano sob mandato francês da Palestina sob domínio britânico, do Líbano independente com o novo estado de Israel.*

* (Doutora em História.
Professora da Université
Libre de Bruxelles)

Palavras-chave: *Palestinos no Líbano, fronteiras, construção de identidades palestinas e libanesas (1947-1952)*

No Líbano, qualquer estudo sobre os palestinos se refere necessariamente à fundação do Estado libanês com base em um sistema político particular: o confessionalismo. A análise da população palestina também envolve a identificação das fronteiras e os questionamentos da identidade em termos de assimilação ou exclusão. Se a Jordânia constrói seu território nacional e seu contingente demográfico pela anexação da Cisjordânia e pela atribuição da nacionalidade jordaniana aos refugiados palestinos¹, o Líbano, por sua vez, vai construir seu território identitário nacional, em certa medida, com base em uma política de exclusão de estrangeiros em geral e de palestinos, em particular. Esta política tem por base o sistema comunitário que foi formalizado pelos franceses na Constituição de 1926 e reajustado pelos atores da independência no Pacto Nacional de 1943. A criação de instituições para a gestão dos assuntos palestinos se inscreve, então, em uma política de comunidades confessionais onde os registros dos refugiados são feitos de acordo com as regras libanesas.

Este estudo tem como objetivo analisar a identificação dos palestinos durante os primeiros anos de seu exílio libanês (1947-1952). Trata-se de retornar ao estabelecimento das fronteiras separando o Líbano do Mandato da Palestina e do Estado de Israel pós- 1948. Em segundo lugar, objetiva-se estudar um conjunto de políticas que definiram a atitude institucional libanesa para com uma população estrangeira. O artigo conclui com uma análise do impacto das fronteiras sobre a formação de novas identidades palestinas e libanesas, da redefinição do espaço nos quais foram construídas as identidades dos habitantes de ambos os lados da linha que separava o Líbano sob mandato francês da Palestina sob domínio britânico, do Líbano independente com o novo estado de Israel.

Para entender o que está em jogo em 1948, temos de voltar aos caminhos que se fecharam atrás dos refugiados. É essa amputação do território íntimo que irá permitir, em seguida, a reconstrução simbólica de uma Palestina dos campos, com toda a conflitualidade que ela ainda carrega fortemente, esta super-simbolização dos enclaves libaneses. Ao mesmo tempo, o Líbano vai descobrir suas franjas meridionais, esta periferia extrema que se torna ao longo dos meses e dos anos o nó doloroso das fraquezas geopolíticas do país.

NOVOS ESPAÇOS, NOVAS IDENTIDADES

A história do Líbano moderno começa com o período do mandato francês. A “Declaração do Mandato”, adotada em 24 de julho de 1922 pelo Conselho

¹Françoise de Bel-Air, *Population; politique et politiques de population en Jordanie 1948 - 1998*. Thèse de doctorat, EHESS, Paris, 2003. pp.102-123.

da Liga das Nações, exige da França a implementação, num prazo de três anos, de uma lei orgânica para o Líbano. A potência mandatária, então, irá proceder a elaboração de um sistema confessional inspirado, em parte, na antiga potência dominante Otomana. Este sistema político baseado na separação religiosa resultará na fixação de fronteiras identitárias que compartimentam as comunidades em esferas específicas e impermeáveis umas às outras. Este sistema é conhecido por ser operacional em duas formas: o sectarismo envolvendo o estatuto pessoal e sectarismo político relativo à distribuição de cargos políticos e administrativos. Estas duas formas de sectarismo, profundamente ligadas e complementares, estabelecem as bases da política libanesa e definem a forma de exercê-la.

Em 1943, o Líbano torna-se independente, com o novo estado construído em torno de um acordo inspirado pelo sistema francês: o Pacto Nacional. É um acordo não escrito, destinado a estabelecer um equilíbrio entre cristãos e muçulmanos, afirmando ao mesmo tempo o pertencimento do Líbano à nação árabe e a existência de relações antigas e indissolúveis com o Ocidente. Este acordo é tradicionalmente descrito como a carta de fundação do Líbano. A Nação repousa, dessa forma, sobre um “*foedus*”, um “pacto”, como se ela se limitasse à expressão de um compromisso comunitário, um *modus vivendi*, um “modo de vida coletiva”². Este “compromisso ao mesmo tempo medíocre e frágil vem coroar a política comunitária das autoridades francesas a partir da perspectiva do compartilhamento das funções”³.

- aos Maronitas, a Presidência da República, a pedra angular da Constituição promulgada em 1926, e o comando do Exército;
- aos Sunitas, a Presidência do Conselho de Ministros;
- aos Xiitas, a Presidência do Parlamento;
- aos Gregos ortodoxos, a vice-presidência do Parlamento.

A atribuição da Presidência da República aos maronitas marca a hegemonia desta comunidade na época. A preponderância de cristãos se expressa, da mesma maneira, na Câmara dos Deputados: em 1948, o número de membros é de 55, sendo 30 cristãos e 25 muçulmanos. A atribuição de funções dentro do governo e da administração se faz de acordo com o princípio da paridade e com base no artigo 95 da Constituição, que prevê que “provisoriamente... as comunidades estão representadas de um modo equitativo nos empregos públicos e na composição do ministério ... “

²Edmond Rabbath, *La Formation historique du Liban politique et constitutionnel*, Beyrouth, Publications de l'Université libanaise, section des études juridiques, politiques et administratives, 1986, p. 90

³Nadine Picaudou, *La déchirure libanaise*, Complexes, Bruxelles, pp. 81-82.

Se os historiadores libaneses consagram este evento como fundador da nação libanesa, ele não deixa de estar na origem de todas as tensões e guerras futuras. O conjunto da sociedade libanesa se inclina diante desta lógica da partilha confessional de cargos e méritos. Segundo Elizabeth Picard, seria mais correto falarmos em pacto “comunitário” do que em pacto “nacional”⁴. Um compromisso que congela a sociedade libanesa em uma realidade demográfica estagnada em 1932, obscurecendo qualquer perspectiva de renovação da população que possa pôr em perigo o frágil equilíbrio sectário. Deste modo, o estudo demográfico está fortemente relacionado às questões políticas e, até hoje, a realização de um novo censo da população libanesa está fora de cogitação.

À sua chegada em 1948, os palestinos constituem 10 % da população libanesa, ou seja, cerca de 120 000 pessoas, das quais mais de 75% são sunitas. Conseqüentemente, sua assimilação ao mosaico libanês coloca em risco o frágil equilíbrio sectário. Ao mesmo tempo em que os palestinos encontram um refúgio, que esperam ser temporário, junto a estes vizinhos que não lhes são desconhecidos, as fronteiras se desenham e se fecham e a ordem social e política muda radicalmente. Antes de 1948, as fronteiras entre as duas entidades territoriais são porosas e o movimento da população é contínuo em ambos os sentidos. Depois de 1948, o sentido desta fronteira muda radicalmente aos olhos das populações, e permite o questionamento da renovação da relação ao território que ela impõe.

Antes de 1948: Palestina / Líbano, uma fronteira porosa

O estudo desta fronteira é um assunto vasto e raramente abordado, exceto pelas pesquisas no campo da geopolítica que lidam principalmente com a elaboração do traçado das fronteiras⁵. Aqui trata-se de enfatizar, sobretudo, a conscientização das populações sobre as fronteiras e sua influência sobre os dois grupos. Michel Foucher define as fronteiras como “estruturas espaciais elementares, de forma linear, com a função de descontinuidade geopolítica e de marcação sobre os três registros do real, do simbólico e do imaginário”⁶. No caso aqui estudado, a fronteira real é imposta primeiro pelas potências mandatárias e depois pelos Estados israelense e libanês. A fronteira é simbólica na medida em que ela é o invólucro de um grupo

⁴Elizabeth Picard, *Liban Etat de discord*, Flammarion, Paris, 1988, p. 119.

⁵Frederic C. Hof, *Galilee Divided: The Israel-Lebanon Frontier, 1916-1984*, Boulder and London, Westview Press, 1985., ‘Isâm Khalifé, *al-houdoud al-janoubiyya li lubnân bayna mawâqef nikhâb al-tawâ’ef wa al-sirâ’ al-duwâlî 1908- 1936*, (La frontière du Sud -Liban entre positions des élites confessionnelles et conflit international, 1908-1936), Beyrouth, sans éditeur, 1985., Munzer Jâber, *Al-charîf al-lubnânî al-mouhtal*, (La zone occupée libanaise), Institut des Etudes Palestiniennes, Beyrouth, 2001.

⁶Michel Foucher, *Fronts et frontières*. Fayard, Paris, 1991, p. 38-43.

de pertencimento. Aqui, os palestinos do norte da Galiléia se definem primeiro como pertencentes ao seu grupo ou clã *hamoulā*, em seguida ao seu vilarejo natal e, finalmente, à entidade nacional mais ampla da Palestina. Quanto aos libaneses do sul, eles primeiro se definem nos limites de seu grupo comunitário (xiita ou cristão), em segundo lugar ao seu vilarejo e, finalmente, as fronteiras da entidade nacional mais ampla do Líbano⁷. Em ambos os casos, a identidade vinculada ao vilarejo de origem não deve ser entendida apenas como um pertencimento local estreito. Pertencer ao vilarejo é estar inserido nas redes sociais e econômicas que o definem, nas rotas de comércio, nas lógicas matrimoniais e nas famílias extensas; em suma, em uma densa rede de reconhecimento coletivo que define um território movediço, de densidades diferentes, que transcende facilmente demarcações fronteiriças para além dos limites espaciais impostos pela lógica administrativa do Estado. Nesse sentido, a fronteira é apenas um dos elementos de um imaginário identitário e espacial que começa aquém e continua além dela. O Outro, que a fronteira obriga definir, é também o vizinho, o companheiro de armas, o parceiro econômico de antes de 1948. Um libanês do sul se sente, desse modo, mais próximo de alguém da Galiléia do que de um libanês vivendo em Beirute ou Trípoli. Ele reconhece o nome de vilarejos palestinos mais facilmente do que o nome dos vilarejos de seu próprio país que se situam além dos limites de sua região.

Após 1948, este “mapa mental” muda radicalmente. Em primeiro lugar, a criação de Israel afasta os habitantes das fronteiras. A partir de então, o norte da Palestina fica tão distante quanto a África ou a América. Em seguida, há a mudança da representação do Outro. A percepção dos palestinos pelos libaneses muda, eles tornam-se hóspedes perturbadores, refugiados, e mais tarde, durante a guerra, o inimigo interno.

Do ponto de vista do Estado, a fronteira, ainda de acordo com Foucher, marca o “limite espacial do exercício da soberania segundo seus próprios termos, linhas abertas, entreabertas ou fechadas”⁸. Contudo, este limite que separa o Líbano da Palestina mandatária, longe de ser apenas uma fronteira separando dois países soberanos, é uma construção nova, definindo espaços fronteiriços que ficam imprecisos não somente aos olhos dos habitantes da região, mas também, em certa medida, aos olhos do próprio Estado libanês. O Líbano soberano acaba de tomar consciência dos limites de seu território após sua independência, e o Estado ainda está longe de impor o exercício do seu poder em todas as áreas de fronteira do sul⁹.

⁷Sabrina Mervin, *Un réformisme chiite*, Karthala/Cermoc/Ifead, Paris/Beyrouth/Damas, 2000, p. 21.

⁸Michel Foucher, *Fronts et frontières ...*, op. cit. p. 38-43.

⁹Ver Munzer Jâber, *Al-charîr al-lubnânî ...*, op. cit.

Para além da demarcação política no mapa e prática *in loco*, se coloca a questão do significado desse limite para os habitantes das regiões que ele divide. Pois qualquer nova fronteira, qualquer deslocamento do limite, mesmo que seja de apenas alguns quilômetros, divide territórios e populações anteriormente agrupados. Trata-se, portanto, de aprender a viver com um novo espaço, sendo que às vezes a fronteira perturba antigos comportamentos, corta ligações tradicionais e obriga a reorientações difíceis. Como, então, esses habitantes se acomodam com a amputação de uma parte de seu espaço cotidiano?

Fronteiras imprecisas...

Por mais de 500 anos, o Líbano e a Palestina fizeram parte do grande Império Otomano e as únicas fronteiras existentes separavam as províncias administrativas dependentes do Império. Os territórios palestinos e libaneses eram, na época, divididos em vários *sandjaks* (distritos), os quais faziam parte dos *wilāyas* (províncias) dependentes da Porta. Ao longo do século XIX e até o final do Império, os limites fronteiriços são móveis: trata-se de limites conversíveis entre diferentes províncias pertencentes a uma única entidade política, jurídica e militar. As fronteiras, neste caso, não delimitam uma localização geográfica unidimensional da vida política, onde um estado termina e outro começa¹⁰, mas regiões com limites difusos que fazem parte do vasto Império Otomano. É assim que, de 1864 a 1918, as áreas do sul do Líbano e do norte da Palestina são administradas, alternadamente, pelos governadores de Damasco, Sidon e Beirute. As populações residindo nestas províncias não conhecem fronteiras e circulam livremente entre as diferentes áreas. A ruptura virá mais tarde com o estabelecimento dos mandatos britânicos e franceses na Palestina e no Líbano e a assinatura do acordo Sykes-Picot. A fronteira que parte de *Ras al-Nāqoura* na costa do Mediterrâneo e termina em Jisr al-Ghajar no rio *hasbānī* é desenhada em 1920, demarcada em 1921, decretada oficialmente em 1922, ratificada em 1923 e operacionalizada em 1924¹¹. A nova fronteira faz de vários vilarejos xiitas vilarejos palestinos. Com a eclosão da revolta em 1936, britânicos e franceses realizam uma nova demarcação. Apesar da presença física dos limites e seu reconhecimento pela Liga das Nações, que significados devemos atribuir a eles e qual é seu impacto sobre as populações vivendo nas áreas fronteiriças?

...mas áreas de fronteira reais

¹⁰ Malcolm Anderson, "Les frontières un débat", in. Cultures & Conflits : Contrôles : frontières, identités. Les enjeux autour de l'immigration et de l'asile, n°26-27, Paris, Hiver 2001.

¹¹ Frederic C. Hof, Galilee Divided..., op. cit.

Até a criação do Estado de Israel, não podemos realmente falar de limite linear impermeável. Ao contrário, é preciso empregar a noção mais fluida de zonas fronteiriças. As zonas fronteiriças englobam territórios em ambos os lados da fronteira e são valorizadas por fluxos transfronteiriços intensos de pessoas, mercadorias e capitais¹². De acordo com Lucien Febvre:

Não há fronteira quando duas dinastias, instaladas nos territórios que exploram, dividem os custos na implantação de alguns fortes armados ao longo de um campo, ou traçam uma linha ideal de separação a partir de um rio. Há fronteira quando, passada esta linha, nos encontramos na presença de um mundo diferente, de um complexo de ideias, sentimentos, entusiasmos que surpreendem e desconcertam o estrangeiro. Em outras palavras, uma fronteira, o que a “marca” poderosamente na terra, não são nem os soldados nem a alfândega, nem os canhões por detrás das muralhas. Sentimentos, sim; paixões exaltadas e ódios¹³.

Partindo desta abordagem da fronteira com base em sua “recepção” pelos habitantes que estão em seu entorno, tentaremos demonstrar como esse limite é criado e agenciado por ambos os grupos. Segundo Abu Khaled, um libanês originário de Saïda, a Palestina e o Líbano sempre foram unidos:

O que é a Palestina? E o que é o Líbano? A terra é comum, as fronteiras artificiais e as relações antigas. Eu me lembro quando havia um casamento em ‘Akka, os cantores vinham de Beirute e de Zahle, os dançarinos de *sayf wa tirss* (dança tradicional com espada e escudo), de Saïda. A maioria das pessoas de ‘Akka se casava com moças de Saïda¹⁴.

O testemunho de Abu Khaled corrobora o de George H., advogado palestino originário de Haifa, refugiado no Líbano em 1948, e empregado pela Liga das Sociedades da Cruz Vermelha para coordenar as operações de ajuda em Beirute. Ele descreve as relações entre libaneses e palestinos como antigas e tradicionais e nos lembra que muitos libaneses iam à Palestina para trabalhar. Seu testemunho, recolhido por um funcionário da Liga, é o seguinte:

É um fato estabelecido que a maioria dos libaneses do sul do Líbano partiu para a Palestina, especialmente nos últimos dez anos anteriores a guerra, durante os quais a demanda de mão de obra não qualificada era grande. Eles não precisam de visto de entrada e saída no seu passaporte. Eles “se viravam” para atravessar as fronteiras clandestinamente, apesar da existên-

¹²Catherine Denys dir., « Frontière et criminalité, 1715-1815 », Cahiers de l’université d’Artois, 18/2000, p.7.

¹³Lucien Febvre, *Le problème historique du Rhin*, Paris, 1931, citado por Catherine Denys na Introdução à obra *Frontière et criminalité...* op. cit. p.9.

¹⁴Abou Khâled, originário de Saïda, entrevistado por Bushra al Mughrabi, Janeiro 1998, citado em *Taghribat Ahmad wa Maryam*, op. cit., p. 21.

cia do *tiggart wall* (uma cerca de arame farpado com cinco metros de altura construída ao longo da fronteira libanesa/palestina). Eles encontravam um trabalho temporário, a maioria deixava sua família no Líbano¹⁵.

Seu depoimento confirma as estatísticas apresentadas pelos britânicos em suas estimativas sobre a imigração ilegal na Palestina. Os últimos dez anos do mandato britânico são marcados por uma forte imigração libanesa para a Palestina. Em 1945, quase 7.000 pessoas em proveniência do Líbano e da Síria são empregadas clandestinamente e aproximadamente 3.000 mulheres libanesas atravessam a fronteira para se casarem na Palestina entre 1935 e 1945. Além disso, os trabalhadores sazonais de ambos os lados atravessam regularmente a fronteira para colheitas em vilarejos *'āmilites* do lado libanês e aqueles da Galiléia¹⁶, do lado palestino. O tráfico e o contrabando entre os dois países ocorrem nas fronteiras. Quando os britânicos impõem a restrição da imigração de judeus para a Palestina, taxistas do sul do Líbano continuam a transportar clandestinamente imigrantes judeus e a voltar carregados com mercadorias da Palestina¹⁷. Depois de 1948, eles transportam os palestinos que fogem da guerra buscando refúgio no Líbano.

Politicamente, a região (Síria Palestina Líbano) conhece o mesmo impulso para as idéias nacionalistas árabes e os acontecimentos na Palestina afetaram diretamente os países fronteiriços. Assim, a revolta de 1936 na Palestina inspira diretamente os *'āmilites* em sua ação contra a Empresa de Tabaco em Bint Jbayl¹⁸.

O movimento constante das populações nessas áreas de fronteira mostra que, mesmo que a fronteira coloque limites administrativos entre os dois países, ela continua a ser uma divisão em grande parte artificial, desenhada por potências coloniais para demarcar territórios conquistados e apropriados. As relações entre a Galiléia e o sul do Líbano são ancestrais, baseadas em relações históricas, familiares, sociais, econômicas e políticas. A proximidade entre as duas áreas é também lingüística. Em ambos os lados da fronteira, fala-se a mesma língua, o que torna mais fluida a circulação de informações, de mercadorias e de populações em ambas as direções. Apesar dos limites desenhados, do reconhecimento internacional, do dispositivo alfandegário, é difícil falar em fronteiras antes de 1948. Porque

¹⁵ Archives de la Ligue des Sociétés de la Croix-Rouge, Genève, Carton : 19742, Dossier : Expériences personnelles. Interview avec M. Habib Georges H., 30/03/1949. Directeur Régional de la Ligue à Beyrouth et ancien avocat à Haïfa.

¹⁶ Voltaremos a esse ponto sobre a dificuldade de identificação desses trabalhadores temporários pelos censoadores humanitários.

¹⁷ Entrevista com S. B'albakî, originaire de 'Adayssé (Sud-Liban), le 08/08/2003.

¹⁸ Sabrina Mervin, Un réformisme chiite... op. cit. p. 373-407.

esta demarcação entre a Palestina e o Líbano não está “gravada” na terra, nem nas mentes das sociedades que a habitam. Conseqüentemente, não podemos realmente falar de uma “fronteira natural”, menos ainda de uma “fronteira histórica”. A fronteira, neste caso, é sobretudo simbólica, na medida em que ela se refere ao pertencimento a uma comunidade (social, religiosa ou familiar) inscrita num território identitário¹⁹. É somente com o advento do Estado de Israel que essas regiões serão efetivamente separadas.

Depois de 1948: Líbano / Israel, materialização da fronteira, construção do território nacional libanês

O início das hostilidades entre judeus e árabes na Palestina, o engajamento do Líbano na guerra e a fuga de mais de 750 000 pessoas em 1948, iniciam uma verdadeira tomada de consciência das fronteiras. Paralelamente à eclosão da guerra, em 29 de maio de 1948, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, na sua resolução 50, decide criar um órgão encarregado de monitorar a trégua e as fronteiras entre Israel e as forças armadas árabes (UNTSO ou UNSTO)²⁰.

A consolidação dos limites se faz em etapas e se concretiza com a assinatura do armistício entre Líbano e Israel em 1949. Do lado libanês, o fechamento da fronteira com Israel rompe uma tradição histórica de trocas e de relações com um território vizinho amigável e estabelece uma situação de guerra com o Estado inimigo nascente. Do lado israelense, trata-se de consolidar os limites do Estado recém-fundado, aplicando práticas de segurança através de controle militar da fronteira. Para os palestinos, um espaço nacional é engolido, mas esta terra ganha em presença simbólica a partir do momento em que os sionistas a tornam proibida²¹.

A pedido do mediador da ONU Ralph Bunche, contatos militares ocorrem entre libaneses e israelenses a partir de 14 de janeiro de 1949, em Rhodes. Esses contatos levam à assinatura de um armistício com Israel em 23 de março de 1949 em *Nāqoura*, no sul do Líbano²². A partir dessa data, os limites entre os dois países são formalmente institucionalizados e regulamentados. O acordo proíbe a violação dos espaços terrestre, aéreo e marítimo de cada país e “qualquer ato de guerra ou hostilidade dirigi-

¹⁹O sul do Líbano é o Jabal 'Amil, "país" da comunidade xiita que simboliza a fronteira com a Palestina. Segundo Muhsin al-Amîn, as fronteiras do Jabal 'Amil se estende : "A l'ouest de la Méditerranée ; au sud la Palestine ; à l'est le Jourdain, la région de Houla, Wâdi al-Taym, la Békaa et une partie du Mont-Liban, qui est derrière Jabal al-Rihân et Jizzin. Au nord, le fleuve al-Awwali. Il n'y a qu'un doute, les frontières avec la Palestine qui peuvent être sur le fleuve al-Qarn" citado na obra de Sabrina Mervin, *Ibidem*, p. 21-22.

²⁰www.un.org/french/peace/untso_fp.htm

²¹Elias Sanbar, 1948, l'expulsion... op. cit. p. 209

²²Joseph Chami, Le mandat de Béchara el Khoury, Beyrouth 2002, p. 280-281.

do de um território controlado por uma das partes contra a outra”²³. A presença de efetivos militares defensivos em ambos os lados da fronteira é permitida na zona da linha de demarcação²⁴, tal como definida e reconhecida pelas Nações Unidas.

Para a concretização das fronteiras, os dois Estados procuram reunir em suas mãos o direito exclusivo de autorizar e regulamentar a circulação das populações. Através deste acordo, Israel busca impedir os deslocamentos dos palestinos que desejam regressar ao seu território. A segurança da fronteira com o Líbano se inscreve, portanto, numa política de transferência da população árabe para fora da Palestina. Na lógica de Israel, a fronteira deve ser aberta para as partidas em direção aos países vizinhos e fechada para os retornos. Trata-se de expulsar o maior número de árabes, evitar qualquer retorno e ocupar rapidamente os lugares esvaziados com uma nova população exclusivamente judia²⁵. A fronteira se transforma, muda, ela não é mais um limite fluido separando zonas fronteiriças, mas uma área hemorrágica onde uma terra se esvazia e outra se preenche.

Por sua vez, o Líbano formaliza sua relação com o novo Estado judeu, e compromete-se a respeitar suas fronteiras, impedindo as tentativas de infiltração. Para ambos os países, o monopólio do direito de autorizar e regulamentar os deslocamentos de populações está intrinsecamente ligado às suas construções nacionais. A criação do Estado de Israel e sua delimitação em meio a um espaço hostil que exige segurança nas fronteiras contribui para a consolidação de uma identidade territorial e nacional. Para o Líbano, a separação física com a antiga Palestina e a separação econômica com a Síria um ano depois (13 de Março 1950), fortalecem o sentimento de pertencimento a um território nacional em construção, privado dos laços herdados dos períodos Otomano e do Mandato.

A tomada de consciência das fronteiras, a instalação dos palestinos e a materialização de um “inimigo externo” criam uma situação de urgência e definem as novas regras do jogo político libanês. Elas são adaptadas a uma conjuntura excepcional, que exige a restauração das condições ordinárias da vida social e o reestabelecimento da tranquilidade, da segurança e da ordem política e pública. No entanto, o Líbano, como a Síria, conhece um período de crise interna sobre a qual vem se sobrepor a questão da Palestina .

²³ Artigo 3 do texto do armistício líbano-israelense assinado à *Nâqoura* em 23 de março de 1949.

²⁴ De cada lado da fronteira é estabelecida uma zona desmilitarizada na qual cada exército pode manter, no máximo, 1.500 soldados. Artigo 5º do texto do armistício líbano-israelense.

²⁵ Muitas obras tratam desta política de destruição, cf. Walid Khalidi, *All That Remains...* op. cit., et Salman H. Abou Sitta, *The Palestinian Nakba 1948: The Register of Depopulated Localities in Palestine*, The Palestinian Return Center, Londres, 2000.

Em 1948, o Líbano entra na guerra e, pela primeira vez em sua história, o novo Estado se confronta a um inimigo. A eclosão da guerra na Palestina coincide com um período de questionamento da política do presidente da república libanesa, Bishara al-Khoury e dos crescentes protestos contra os abusos de seu governo. Para o regime no poder, a guerra se apresenta como uma oportunidade para restaurar sua legitimidade política e sua imagem aos olhos da opinião pública. Nos assuntos internos, a guerra é percebida por Khoury e pelo primeiro ministro, Riad al Solh, como um meio eficaz para apaziguar as críticas e restaurar a confiança na maneira como eles governam. Esta guerra deveria levar ao apoio da oposição para a reeleição do presidente da República e à retomada de sua popularidade junto à opinião pública²⁶. A entrada do Líbano na guerra também se destina a reforçar a posição do regime no poder nos assuntos regionais, através da confirmação da “face árabe” do Líbano independente a partir do Pacto Nacional²⁷. Mas a derrota do Líbano e dos regimes árabes, a fuga dos palestinos e a criação do Estado de Israel produzem o efeito contrário. O Líbano não apenas perde a guerra e acomoda mais de cem mil palestinos, ele também se torna o alvo das forças israelenses que ameaçam suas fronteiras²⁸.

Para além das operações militares, a esperança de encontrar na questão palestina um modo de superar a crise interna se concentrará na fronteira. A fronteira se torna, a partir desse momento, um forte marcador de um sentimento de pertencimento nacional. A delimitação, o reconhecimento e a designação de Israel como inimigo do Estado e do povo marcam uma nova etapa na construção do nacionalismo libanês. Israel, o inimigo externo, torna-se o catalisador ideal para uma coesão nacional em um momento de crise, coesão que também se constrói em torno da proteção da fronteira.

Para os exilados da Palestina “é o afogamento, a fagocitose de seu país, a negação da existência, o apagamento do seu território”²⁹.

²⁶ O voto da Emenda Constitucional pela Câmara para a reeleição de Bishara al-Khoury ocorre em 21 de maio de 1948, uma semana após a entrada do Líbano na guerra.

²⁷ Este é um acordo não escrito, destinado a estabelecer um equilíbrio entre os cristãos e os muçulmanos, afirmando a ambos o pertencimento do Líbano à nação árabe e a existência de relações antigas e indissolúveis com o Ocidente. Embora não seja uma solução duradoura, o Pacto Nacional se apresenta como um instrumento ideal para a resolução de conflitos inter-comunitários, pelo menos até 1958.

²⁸ Uma operação militar é lançada pelas forças judias contra o Líbano. Ela começa em novembro de 1948 e termina no início de 1949. Esta operação visa expulsar para o Líbano residentes palestinos que vivem em uma área de 5 a 15 quilômetros ao sul da fronteira norte de Israel e assim, garantir os territórios conquistados na Galiléia, ver Benny Morris, *The Birth ...op.cit.* p. 237-241.

²⁹ Elias Sanbar, *Figures du Palestinien. Identité des origines, identité de devenir.* Gallimard, Paris, 2004, p. 212.

Uma fronteira impermeável: a porta do exílio

Vítimas de despejos sucessivos, os palestinos que atravessam as fronteiras são da ordem de 750.000 no outono de 1948. Eles se deslocam em grupos, em comunidades de vilarejos ou de bairros, primeiro na Palestina e, em seguida, nos países de exílio. A travessia das fronteiras ocorre apenas em um segundo momento. Eles se dirigem para a fronteira quando a cidade ou o vilarejo onde haviam se refugiado na Palestina é derrotado, convencidos de que seu exílio será de curta duração³⁰. Note-se que quando eles saíram da Palestina, o armistício ainda não havia sido assinado e as fronteiras com os países vizinhos não estavam consolidadas. A assinatura do armistício de 23 de março de 1949 com Israel é, desta forma, percebida como uma catástrofe pelos palestinos exilados. A partir desse momento, o retorno é impedido de ambos os lados da fronteira. Rejeitadas pelos libaneses, as pessoas que buscam retornar à Palestina para reencontrar um parente, para recuperar um objeto qualquer ou tratar dos rebanhos ou dos campos, são ameaçados de morte pelo novo exército israelense³¹. Husayn 'Ali Hamid, de *'Ayn al- Zeytoun*, um vilarejo situado ao norte da cidade de Safed, na Galiléia, testemunha do assassinato de um de seus companheiros durante uma tentativa de retorno em 1949, nos conta:

Voltamos para recuperar o dinheiro enterrado no pátio da casa. Rachid Khalil foi o primeiro a entrar no vilarejo, ele foi imediatamente morto por um soldado judeu. Constatamos que a situação era muito perigosa e, então, decidimos voltar para o Líbano³².

Para ele, está claro que o retorno à Palestina é impossível. Assim como para Khaled, refugiado de *'Ayn al- Hilweh* no Líbano, que nos diz sobre o retorno decepcionante de seu pai que se infiltra na Palestina, apesar da proibição do exército libanês, para chegar *Saffouriyé* e se dar conta da magnitude do desastre.

Meu pai então partiu após seis meses, ele foi capaz de se infiltrar no vilarejo e voltou com um *kubch* (pacote) de tabaco. Ele estava desmoralizado, ouvi uma conversa com o meu irmão em que ele dizia que nosso vilarejo estava em ruínas, era um monte de pedras³³.

Destruição, ameaças de morte, estupro, massacres, tal é a política adotada pelas forças israelenses para fazer partir uma população indesejável. A

³⁰ Elias Sanbar, *Figures du Palestinien*,... op. cit., p. 203.

³¹ Salmân Abou Sitta, « Un pays aboli de la carte », in Farouk Mardam-Bey et Elias Sanbar, *Le Droit au retour*... , op. cit. p. 102.

³² Citado por Nafez Nazzal, em sua obra *The Palestinian Exodus from Galilee 1948*, IPS, 1978, p.37.

³³ Entrevista com Khâled 20/7/2002.

proibição do direito de retorno reflete uma política israelense baseada na transferência dos árabes para os países vizinhos. Esta política se torna um objetivo essencial da guerra e não uma de suas conseqüências acidentais. Segundo Benny Morris³⁴, a transferência da população árabe é necessária para a sobrevivência do novo Estado judeu. Iniciador dessa política, David Ben-Gurion entende que não é possível haver um Estado judeu com uma grande minoria árabe oponente, e que a transferência se impõe como uma solução ideal para a efetivação da criação de Israel. Os dirigentes do novo estado

“(...) decidiram em primeiro lugar que os árabes nunca seriam autorizados a voltar para suas casas e, em seguida, que as áreas abandonadas seriam ligadas aos assentamentos judeus existentes ou alocadas aos judeus para que lá se estabelecessem. Além disso, o Estado promulgou leis e decretos que instituíram um quadro legal legitimando o desenraizamento permanente dos moradores dos vilarejos, a expropriação e a nacionalização de suas terras”³⁵.

No entanto, apesar do fechamento das fronteiras, alguns conseguem voltar para Israel. Este movimento, de uma minoria, concerne em grande parte os palestinos que estão separados de suas famílias³⁶. Mas as várias ofensivas das forças judias e sua política de expulsão continuam a engrossar as fileiras dos exilados, que se agrupam, num primeiro momento, próximos às fronteiras na esperança de vê-las se abrirem novamente. Em março de 1949, eles assistem impotentes à concretização das fronteiras e, se dão conta da magnitude da catástrofe (*Nakba*) .

Para eles, a fronteira é o símbolo da porta fechada e da traição dos irmãos árabes. Ela é impermeável, guardada por soldados libaneses que reprimem todo aquele que tenta atravessá-la. Os palestinos se desapontam com a política árabe na guerra, eles expressam sua insatisfação em uma primeira manifestação na Praça dos Mártires, em Beirute, em janeiro de 1949. Eles acenam bandeiras com slogans contra a passividade árabe frente aos impulsos militares sionistas. “Vocês entraram na Palestina como combatentes, nós saímos como refugiados” .³⁷

³⁴ Entrevista concedida ao accordée Haaretz le 15/01/04 www.haaretz.com/hasen/spages/380986.html

³⁵ Meron Benvenisti citado em Elias Sanbar, *Figures du Palestinien...* , op. cit . p. 215.

³⁶ Elias Sanbar estima o número de pessoas que conseguiram retornar em 1952 entre 50 000 e 60 000. *Palestine 1948...* , op. cit. p. 205-206.

³⁷ A manifestação ocorre em 3 janeiro de 1949. Ver Joseph Chami, *Le Mémorial du Liban, Tome 1 : Le mandat de Béchara el Khoury*, Imprimerie Chémaly, Beyrouth, 2002, p. 274.

Os palestinos, tornados refugiados, percebem que sua terra é perdida, prisioneiros do lado de fora, eles se tornam “ausentes” de uma terra esvaziada. Instalados em campos (...), ou quando eles têm os meios, em cidades e localidades árabes, os refugiados compartilham o sentimento não de terem saído da pátria, mas de *terem partido para o exílio em sua companhia*³⁸.

ESTRUTURAR E GERIR OS NEGÓCIOS DE PALESTINOS NO LÍBANO

Desembarcados em um país que se constitui, onde os atores e decisores políticos aprendem a governar, os palestinos são confrontados com uma realidade política baseada em um frágil compromisso comunitário. Refugiados, eles oferecem um espelho invertido aos libaneses, que possuem um cartão de identidade que lhes assegura sobre a sua própria existência nacional. Em suma, os palestinos representam o elemento que até então faltava para que se opere a coesão nacional e que se forme uma identidade coletiva libanesa. Este papel se impõe aos custos de uma abordagem cada vez mais policial da questão dos refugiados, como evidencia a evolução da administração destinada a se encarregar deles.

O Comitê Central dos assuntos de refugiados em proveniência da Palestina

Antes da criação de uma estrutura real de gestão de assuntos palestinos, o governo libanês decidiu “vacinar os refugiados, combater o mercado negro de gasolina, garantir os fundos necessários para a manutenção dos refugiados, organizar o trânsito para a Síria... e organizar sua estadia temporária no Líbano”.³⁹ Apenas as crianças, as mulheres e os idosos são permitidos no Líbano.⁴⁰ A decisão de criar uma instituição responsável para os assuntos palestinos é determinada por decreto ministerial. O Comitê Central dos assuntos de refugiados em proveniência da Palestina (*al-lijna al-markaziyya li chou'oun al-laj'in al-qadimin min Filastin*)⁴¹ é criado em 26 de maio de 1948.

Esta instituição trabalha em associação com a Liga da Cruz Vermelha e o Secretariado Permanente da Palestina - *Maktab Filastin al Da'em*⁴². Ela

³⁸ Elias Sanbar, *Figures du Palestinien. Identité des origines, identité du devenir*, Paris, Gallimard, 2004, p. 213-217.

³⁹ Nahar 9 Juillet 1947.

⁴⁰ L'Orient 27 avril 1948.

⁴¹ JOL décret no. K 11567, 26/05/1948.

⁴² Em 1º de novembro de 1947, o Secretariado Permanente da Palestina é criado. No seu comando está Dr. Salim Idris (secretário-geral), um notável de Beirute. Ele é auxiliado por um comitê composto por intelectuais

está diretamente sob o comando do Primeiro-Ministro. Durante todo o período posterior à sua criação até a sua transformação em direção geral sob o mandato do presidente Fouad Shihab, em consequência da reforma do sistema administrativo, o Comitê limitou-se a um papel de administrador dos assuntos pessoais dos refugiados. O estudo da criação da Direção de Assuntos Palestinos (DPA), embora não envolva diretamente o período aqui estudado, revela a política de preservação dos registros familiares assim como a evolução da política libanesa na sua relação com os palestinos instalados em seu território.

A Direção de Assuntos Palestinos (DPA)

Em 31 de março de 1959, o Conselho de Ministros aprova o decreto da transformação do Comitê central de assuntos palestinos em Direção dos Assuntos Palestinos (DPA) ⁴³. O primeiro artigo define o papel da Direção, que está a partir de então diretamente subordinada ao Ministério do Interior, da Defesa e da Segurança Geral (parágrafo 1). O seu papel é examinar as demandas de passaportes e, após o acordo, reenviá-los aos escritórios da Segurança Geral (parágrafo 2). A DAP registra os documentos relativos a assuntos civis e a mudanças de local de residência e de confissão (parágrafo 3), concede o direito ao reagrupamento familiar, de acordo com os textos jurídicos da Liga Árabe e dispensa os recém-chegados ao Líbano dos impostos aduaneiros sobre seus objetos pessoais (parágrafos 4 e 5). Em relação à administração dos campos, é a Direção que determina o lugar, a expropriação e locação dos terrenos (parágrafo 6), os funcionários da DAP são responsáveis por distribuir as licenças (*laisser-passer*) permitindo a circulação dos refugiados entre os diferentes campos - estes documentos são emitidos apenas em casos de emergência e após aprovação pela Direção (parágrafo 7). Decide-se transferir os refugiados de um campo para outro, em função das necessidades de segurança (parágrafo 8). A Direção emite sua concordância - ou recusa – sobre as demandas para casamento de uma pessoa refugiada instalada no Líbano com outra instalada em outro país árabe (parágrafo 9). A DAP prevê a liberação de dinheiro congelado pertencente aos refugiados através do Banco da Síria e do Líbano (parágrafo 10) ⁴⁴.

e políticos. Fâyez Ch'ayb, Mawqif al qiwa assiyâssiya al-lubnâniyya min al- qadiyya al-filastiniyya :1920-1948 (La position des forces politiques libanaises par rapport à la question palestinienne 1920- 1948). Diplôme d'Etudes Approfondies, Université Libanaise, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, Département d'Histoire, Saïda, 1992.

⁴³JOL décret no. 42, /05/1948.

⁴⁴ O Banco Central do Líbano ainda não havia sido criado, é o Banco da Síria e do Líbano que faz a função de Banco Nacional.

No segundo artigo do decreto, está previsto que todos os ministérios contribuam na administração da DAP, cada ministério segundo seus meios e qualificações. No detalhe do projeto de lei, prevê-se que o Conselho de Administração da DAP seja formada por :

- Um diretor geral
- Um representante do Ministério das Relações Internacionais
- Um representante do Ministério do Interior
- Um representante do Ministério da Defesa Nacional
- Um representante da direção geral da Segurança Geral
- Três palestinos selecionados pelo ministro do Interior e nomeados por dois anos.⁴⁵

Assim, a composição do Conselho de Direção e planejamento de normas legais fixando a política a ser adotada vis-à-vis dos palestinos revela uma vontade do Estado Libanês de vigiar os refugiados de perto. A criação desta Direção também marca a passagem de uma relação específica entre práticas e lógicas de poder baseadas em fundamentos jurídicos mal definidos e ambíguos para práticas que consistem em estabelecer, no que refere à população palestina, estratégias de deslocamentos e atribuições. Conseqüentemente, a constituição de territórios supervisionados para abrigar os palestinos os torna alvos de conhecimento (saber onde eles estão) e controle (controlar o que eles fazem).

Confessionalismo de estatuto pessoal. O caso de Umm Mahmoud

O caso de Umm Mahmoud é um exemplo bastante representativo da evolução do tratamento dos refugiados no Líbano após a substituição do Comitê central pela Direção de assuntos palestinos. Umm Mahmoud foi sucessivamente confrontada por ambas administrações para resolver um caso típico de imbróglie administrativo. Ela chegou no Líbano em 1949 , vindo de Haifa. Ela viajou com o filho; seu marido permaneceu na Palestina para manter as propriedades da família. Quatro anos mais tarde, ele sucumbe de um câncer em Haifa. No censo de 1951, Umm Mahmoud consta como casada. Em seu passaporte de refugiada emitido pelo Comitê Central, ela é esposa de Salah Ahmad. Entre 1954 e 1960, ela travará uma verdadeira batalha administrativa para a retificação de seu estatuto:

⁴⁵ JOL, décret no. 42, /05/1948, article 14.

Com a morte de meu marido tive muitos problemas com documentos. Eu precisava renovar meu passaporte na Segurança Geral. O passaporte ficou mais de um ano nas mãos da Segurança. Precisava apenas mencionar que agora eu era viúva de Salah Ahmad. Me mandaram de um funcionário para o outro. No final, eu já não agüentava mais, então fui ao Bacha Chatila⁴⁶. Ele me garantiu que podia me ajudar. Me pediram então um documento que atestasse meu estado civil, mas o funcionário encarregado deste trabalho [Comitê Central] me disse que era impossível, pois meu marido havia morrido em Haifa e ele não havia recebido a certidão de óbito. Então eu esperei um ano e meio para obter o documento, que eu não consegui. No fim, uma vizinha me aconselhou a colocar discretamente uma nota de 100 Libras Libanesas na gaveta de um funcionário, que ele poderia fazer rapidamente meus documentos. O funcionário corrigiu meus documentos de identidade, então eu entrei com um novo pedido de passaporte e eles me disseram que eu tinha que esperar um mês para obtê-lo. Mas ao cabo de um mês, me disseram que todos os papéis que eu tinha apresentado deveriam ser refeitos, o documento que provava minha viuvez não estava correto.⁴⁷

Durante todo esse período, Umm Mahmoud é confrontada com uma situação sem saída, ela é viúva de uma pessoa registrada no Comitê Central como ausente e não dispõe de nenhum modo para provar seu falecimento, ocorrido em Israel. Sua história confirma suposições sobre a indefinição da gestão administrativa e revela a corrupção dos funcionários desta instância⁴⁸. Esta indefinição é tanto um meio de controle poderoso quanto uma regulamentação rigorosa, já que Umm Mahmoud não pode se deslocar livremente uma vez que não possui os documentos de registro regularizados que permitiriam a obtenção de um passaporte. Seu caso permanece bloqueado até janeiro de 1960. Nesta data, o Comitê Central foi substituído pelo DAP há quase um ano e a política direcionada aos registros está mudando. Umm Mahmoud, já sem paciência, consegue uma reunião com o próprio diretor da DAP, para quem faz sua queixa.

⁴⁶ O libanês Bacha Chatila foi um importante intermediário entre os refugiados palestinos e o governo libanês. Através de sua mediação, um terreno foi concedido aos refugiados para a construção de um campo ao qual foi dado seu nome. Ver Rosemary Sayigh, *Too Many Enemies: The Palestinian Experience in Lebanon*, Londres, Zed Books, 1994, p. 34.

⁴⁷ Entrevista de Oumm Mahmoud, Tariq al-Jdideh, julho de 2002.

⁴⁸ O Comitê Central era conhecido durante este período sob o nome de « al-maqbara » (o cemitério). Segundo Leyla al-Hourr, enviaram para lá todos os maus funcionários da administração libanesa. A corrupção e os abusos de todo gênero ocorreram. Ver Leyla al-Hourr, *Al-filastiniyyoun fi Loubnan, nazra iqtisadiyya wa ijtimaiyya* (Les Palestiniens du Liban, étude économique et sociale), Beyrouth, Les Dossiers du Nahar, 1970, p. 9.

O diretor me recebeu muito bem, eu falei com ele sobre o meu problema, ele me garantiu que no próximo mês eu receberia meu passaporte. Mas eu esperei vários meses e paguei muito.⁴⁹

O registro final das operações administrativas está arquivado nos escritórios da DAP. Eu tive a chance de consultá-lo: ele foi grampeado na ficha de recenseamento da família de Umm Mahmoud. O dossiê inclui quatro folhas, assinadas e carimbadas pelas diferentes autoridades libanesas encarregadas de assuntos palestinos. O primeiro documento, de 28 de janeiro de 1960, é um atestado de “não- casamento”, atestando a validade da sua viuvez. Ele é assinado pelo juiz de Beirute e traz o carimbo de *mahakim char'iyya* (tribunal islâmico sunita) da capital libanesa. Este documento mostra que a regulação dos assuntos civis palestinos, assim como dos libaneses, é principalmente responsabilidade dos tribunais comunitários. Umm Mahmoud é de confissão sunita e reside no bairro de *Tariq al-Jdideh*, localizado nos subúrbios ao sul de Beirute. Para regularizar sua situação, ela deve ir ao tribunal *char'i* da comunidade sunita em Beirute. O tribunal certifica, numa carta ao diretor da DAP, o estatuto da litigante por meio de uma frase ambígua: “Depois de analisar os registros, nenhuma certidão de casamento da chamada (X), filha de (X), foi encontrada, ela continua sendo então viúva e não-casada”.⁵⁰ A decisão do tribunal pode ser interpretada da seguinte forma: como Umm Mahmoud não se casou desde sua chegada da Palestina e não há qualquer vestígio de um casamento religioso, ela é então considerada como viúva! A ambigüidade das palavras do juiz sugere que as instâncias religiosas, conscientes da complexidade do caso, não querem decepcionar a requerente, ao mesmo tempo em que se recusam a comprometer-se formulando uma resposta clara sobre o seu status. No entanto, foi a partir dessa declaração que Umm Mahmoud pôde finalmente obter seu passaporte.

O segundo documento deste dossiê é uma série de memorandos, assinados e carimbados pelas diferentes administrações. A primeira notificação, de 6 de abril de 1960, é a do responsável pelo censo e pelos assuntos civis da DAP⁵¹, que aprova “ o registro da Sra. X como viúva de acordo com o certificado fornecido pelo tribunal *char'i* de Beirute”.⁵² A segunda nota, datada de 11 de abril, é uma carta dirigida ao Diretor da DAP, assinada pelo chefe da Seção dos estrangeiros da Segurança Geral, que se indigna com este caso e escreve:

⁴⁹ Entrevista com Oumm Mahmoud, Tariq al-Jdideh, julho de 2002.

⁵⁰ Arquivos da DAP.

⁵¹ Qalam al-ahwal al-chakhsiyya.

⁵² Arquivos da DAP.

Levando em consideração que sua eminência o juiz do tribunal de Beirute não encontrou qualquer certidão de casamento da chamada (X), como ele pode concluir a partir disso que ela é realmente viúva? Sabendo que em sua ficha de informação ela continua a aparecer como esposa do Sr. (X), por favor, peço que o Senhor revise o arquivo [...] ⁵³.

Seu dossiê é então encaminhado para um diretor da polícia judiciária que faz sua investigação junto à polícia do distrito de *al-Raml* em Beirute. Como *Al-Raml* é também o nome de uma prisão, presume-se que o chefe da Segurança Geral responsável pelo dossiê queira garantir que o marido da litigante não está vivo e na prisão, e que ela não está fingindo ser viúva para reconstruir sua vida antes de sua liberação ou do eventual divórcio com seu marido em cárcere. Finalmente, certifica-se que a litigante é realmente viúva, através de uma nota assinada pelo chefe da polícia judiciária. O diretor do DAP pode finalmente retificar sua situação e iniciar os procedimentos clássicos para a obtenção de um passaporte. Umm Mahmoud lembra com emoção o dia que ela teve seu pedido atendido:

O diretor me disse que eu poderia buscar meu novo passaporte em 14 de maio [1960]. Dirigi-me aos locais da Segurança Geral para recuperar meu passaporte no dia 18. Fui por querer com quatro dias de atraso. Quando perguntei se meu passaporte tinha chegado, me disseram que tinha que esperar a chegada pelo correio, e finalmente eu o consegui em junho.

Apesar de guardar suas especificidades, a história kafkiana do relacionamento de Umm Mahmoud com a administração libanesa é representativa do funcionamento da burocracia libanesa para com os refugiados palestinos. Ao descrever o percurso de Umm Mahmoud, busquei expor a complexidade do sistema administrativo das instituições libanesas destinadas aos assuntos palestinos. Fica claro, a partir desta narrativa, que o Comitê Central é uma instituição de pouca envergadura, dedicado principalmente ao registro de palestinos que entraram no Líbano em 1948, mas as fichas pessoais contêm inúmeros erros. Este emaranhado administrativo, mistura de complexidade voluntária, negligência, corrupção e incompetência, também nos fala sobre as especificidades libanesas.

Assim, o procedimento para registro dos palestinos é baseado nas regras administrativas libanesas, em particular no que concerne à gestão comunitária do estatuto pessoal. Qualquer pessoa instalada em território libanês deve primeiro registrar suas certidões de nascimento, casamento e óbito junto à comunidade religiosa a qual pertence, e depois legalizar esses documentos diante dos órgãos competentes da administração dos assuntos civis.

⁵³ Ibidem

Ao adotar o modelo confessional libanês para identificação dos refugiados palestinos, o Estado libanês impõe um marcador identitário que fixa, ao mesmo tempo, o espaço social, religioso e territorial dos refugiados. Esta técnica se revelará particularmente eficaz, notadamente quando se tratará de conceder a nacionalidade libanesa para a maioria dos palestinos cristãos, o que será feito nos dez anos posteriores a sua chegada⁵⁴.

Por fim, a análise do dossiê de Umm Mahmoud mostra que o estabelecimento do regime do presidente Chihab marca uma evolução no esforço de racionalização e modernização da estrutura do governo da população.⁵⁵ Como os libaneses, os palestinos lidam com uma administração que se quer renovada, moderna e eficiente. A partir de então, os palestinos dependem da DAP, da Segurança Geral e da polícia judiciária. Esta evolução tem por corolário, para os palestinos ainda mais do que para os libaneses, a intensificação da dimensão policial da gestão. É o reino do Segundo Gabinete, e o governo libanês expõe claramente seu desejo de controlar os refugiados. Os palestinos são fichados e monitorados de perto. Neste exemplo, pelo menos, a administração será eficaz no final, uma vez que a litigante obterá a retificação de seu estatuto e um novo passaporte.

Através do estudo deste exemplo, busquei compreender o processo pelo qual o Estado libanês se atribui os meios legítimos de registro e controle da circulação dos refugiados. Em 15 de Maio 1951, o Governo decide proibir os palestinos de se deslocarem sem autorização dentro do território libanês.⁵⁶ Ao exercer sobre eles prerrogativas quase-estatais, o Líbano circunscreve os refugiados palestinos em uma dependência construída em torno de uma identidade definida e concedida pelas administrações libanesas, da qual os palestinos não podem se desfazer e que condiciona seu acesso aos diferentes espaços. A licença de circulação constitui apenas um direito de residência temporária e não confere a seu portador nenhum dos atributos de um cidadão.

Ao transferir o modelo confessional libanês para a identificação dos palestinos, o Estado libanês impõe um marcador identitário que fixa o espaço social, religioso e territorial dos refugiados. Apesar dos esforços no estabelecimento de instituições destinadas a administrar seus assuntos, o governo libanês desconfia desses párias, esses estrangeiros que atrapalham

⁵⁴De acordo com Youssef Courbage, o número desses primeiros naturalizados abrange 15 000 pessoas. Youssef Courbage, «Démographie des Palestiniens : l'in vraisemblable légèreté des chiffres », in Mardam-Bey Farouk et Sanbar Elias (dir.), *Le Droit au retour*, Paris, Actes Sud, 2002, p. 193.

⁵⁵Christophe Ingels, *L'Administration libanaise au sortir du conflit civil : permanence de l'enjeu politique partisan et impératifs fonctionnels de la reconstruction à portée nationale*, thèse de doctorat en sciences politiques, IEP Aix-Marseille 3.1999.

⁵⁶L'Orient du 16/05/1951.

o mosaico libanês. Para entender melhor esta realidade, devemos considerar a imagem dos palestinos no Líbano. Como os recém-chegados são percebidos no Líbano e como eles se redefinem em uma sociedade que, ao mesmo tempo, lhes é muito familiar e totalmente estrangeira?

SER PALESTINO NO LÍBANO

Para entender o que é ser Palestino no Líbano, dois elementos parecem pertinentes para a análise. O primeiro é a identidade (nacional, política, cultural, histórica, familiar ou de vilarejo) como ela é imaginada ou recomposta no exílio libanês. Para retomar a fórmula consagrada de Benedict Anderson, as identidades são construções imaginárias – fluídas, maleáveis e difíceis de definir⁵⁷. Os limites do grupo tornam-se elemento essencial da identidade e, para além destas delimitações, começa o “outro”. Como demonstrado por Barth de forma convincente, é impossível conceber uma identidade na ausência de delimitações e do “outro”. É neste sentido que introduzimos o segundo elemento, a fronteira, ou melhor, as fronteiras⁵⁸ com o outro e sua utilização como instrumentos de exclusão e inclusão. As delimitações tornam-se assim marcadores de identidade, um modo de defesa para a preservação cultural.

Uma identidade palestina em construção em forma de espelho

Trata-se aqui de fronteiras concebidas como marcadores de identidade, como produtoras de imagens, fronteiras que marcam o território do refugiado palestino e definem seu estatuto. Esta marcação é simultaneamente de ordem psicológica e física e faz-se acompanhar de um traçado que abrange o corpo, o grupo e a comunidade. Trata-se de um limite que remete à imagem dos palestinos, tal como percebida ou presumida pelos libaneses. Esta representação é variada e, acima de tudo, sujeita a mudança. Antes da guerra de 1948 e do exílio, os habitantes da Palestina que vêm ao Líbano são majoritariamente turistas. Após a *Nakba*, a situação não é mais a mesma, os exilados ou deslocados tornam-se refugiados e os árabes da Palestina, palestinos.⁵⁹

Dois elementos funcionam como fundadores da imagem dos palestinos no Líbano: a guerra de 1948 e a perenização da questão dos refugiados.

⁵⁷ Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Revised edition ed. London & NY: Verso, 1991. pp. 1-7.

⁵⁸ As fronteiras parecem ilustrar um mundo foucaultiano no qual suas manifestações físicas- barreiras, limites, controles policiais, instrumentos de direito internacional público - só existem em discursos associados às relações de poder.

⁵⁹ Elias Sanbar, *Palestine 1948: l'expulsion*, Paris, Les Livres de la Revue d'études Palestiniennes, 1984, p. 205-212.

Para os historiadores palestinos, 1948 constitui o ano zero da história da Palestina. Este foi o ano da partida que marca a ruptura com a Palestina histórica, com suas fronteiras herdadas do mandato, o ano do exílio e suas conseqüências⁶⁰. É no exílio que a identidade nacional se reforça, tanto pela exclusão no Líbano quanto pela integração forçada na Jordânia. É no exílio que a luta armada da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) nasce⁶¹. Esta nova identidade é a da comunidade “imaginária” dos palestinos, que se constrói em forma de espelho com a dos israelenses, mas também com a dos povos árabes que os acolhem. Ela é diferente da identidade nacional palestina de antes de 1948, na medida em que é constantemente confrontada à imagem que ele remete a seu anfitrião, uma imagem que se modifica ao longo das circunstâncias e dos pontos de vista.

A Guerra de 1948

Antes de 1948, os palestinos que vêm ao Líbano são percebidos como turistas ricos e grandes comerciantes. São também os vizinhos do sul. Os laços são estreitos e antigos e a fronteira, porosa, flutuante, simbólica⁶². Os libaneses invejam a próspera economia palestina que atrai a mão-de-obra libanesa, síria e egípcia. Com a guerra de 1948 e a criação do Estado de Israel, a imagem dos palestinos mudará.

A eclosão da guerra mergulha o Líbano num período de desordem sem precedente e constitui um golpe no Pacto Nacional. A guerra da Palestina divide a população libanesa e mancha a imagem de prestígio dos pais da Independência. Michel Chiha⁶³ pode afirmar que a identidade múltipla do Líbano é sua riqueza, a verdade é que em 1948, este caráter múltiplo se encontra na origem das tensões que opõem as diferentes comunidades. A Igreja maronita é acusada de apoiar Israel⁶⁴ e toda a comunidade se encontra fragilizada. Quando voluntários do movimento da Irmandade Muçulmana desembarcados do Egito desfilam armados nas ruas de Beirute, eles mobilizam todos aqueles decepcionados com a política árabe do Líbano e revivem as tensões confessionais.

⁶⁰Jihane Sfeir, « Historiographie palestinienne », *AnnalesHSS*, Janvier-Février 2002, p. 35-52.

⁶¹Yezid Sayigh, *Armed Struggle and the Search for State. The Palestinian National Movement, 1949-1993*, Clarendon Press- Institute for Palestinian Studies, Oxford-Washington, 1997, 953 p.

⁶²Jihane Sfeir, *L'exil palestinien*, op.cit., p.

⁶³Michel Chiha (1891 – 1954) : político, escritor e jornalista libanês. É um dos principais redatores da Constituição do Líbano.

⁶⁴Em 1947, o arcebispo de Beyrouth, Mgr Ignace Moubâarak, que estava em Roma, durante a visita da Comissão da UNSCOP, escreveu uma carta de apoio à criação de um Estado judeu na Palestina e pediu a criação de um lar cristão no Líbano.

Ainda mais que a guerra da Palestina é uma guerra pan-árabe que pela primeira vez reúne os novos estados independentes da Síria, do Líbano, da Transjordânia, do Egito e do Iraque. Por conta de sua natureza, da figura de alguns heróis como Fawzi Al-Qawuqj , do sentimento de união dos irmãos árabes por uma causa nobre – “salvar a Terra Santa” -, a Guerra da Palestina *fanatiza*. A causa palestina se torna árabe e, em 1948, era inconcebível que alguém fosse indiferente aos eventos relacionados de perto ou de longe à Palestina.

O fanatismo da guerra passa igualmente pela criação de brigadas militares de voluntários enviados à Palestina, antes do envolvimento oficial do Líbano no combate. As brigadas são formadas e treinadas pela Seção Permanente da Palestina (Bureau permanent de Palestine). Este organismo paramilitar, em relação estreita com o coronel Fou d Ch h b, cria em março de 1948 uma estação de rádio de propaganda para galvanizar os combatentes e elevar o moral das populações. A estação se localiza num tanque do exército estacionado em *Tallet al-Khayyāt* em Beirute. Todas as noites, às 18h 30, o tanque faz seu trajeto ao redor da cidade, emitindo notícias sobre a guerra na Palestina, dando informações sobre os últimos eventos, elogiando o entusiasmo e a coragem das tropas. As notícias são acompanhadas de cantos e hinos militares e nacionalistas. É assim que o apelo de Ma'rouf Sa'd, líder de uma brigada com seu nome, é difundida em Beirute no dia 21 de abril de 1948:

Honoráveis combatentes, estamos a apenas alguns metros da terra da Palestina e em alguns instantes estaremos nesta terra para cumprir o dever prescrito para todo árabe.⁶⁵

Ao mesmo tempo, manifestações de estudantes são organizadas, reclamando a intervenção imediata dos exércitos árabes na Palestina. O Presidente da República lhes assegura que tudo será feito para salvar a Terra Santa. Mas isto não é suficiente para acalmar os espíritos. Em 26 de abril, o campo da Universidade Americana, altamente politizado, está em ebulição. Imerso em problemas, o governo libanês considera, a exemplo do governo sírio, fechar os estabelecimentos escolares e universidades que se transformam em verdadeiros poços de revolta. Por sua vez, os *Kata'ib* e *Najjadé* propõem auxiliar a Seção Permanente de Palestina para apoiá-los em seu acolhimento aos refugiados palestinos⁶⁶.

⁶⁵ Fâyez Ch'ayb, *Mawqif al-qiya assiyâssiya al-loubnâniyya min al-qadiyya al-filastîniyya (1920-1948)*, (La position des forces politiques libanaises à l'encontre de la question palestinienne (1920-1948)), Diplôme d'Etudes Approfondies, Université Libanaise, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, Histoire, Saïda, 1992, 158 p.

⁶⁶ Nasri Antoine Diab, *L'année du destin, 1948 : Le Liban et Israël face à face*, Editions FMA, Beyrouth, 1993, p. 185.

O fanatismo da guerra se traduz também por atos violentos contra comerciantes judeus do centro da cidade. A derrota da guerra e a assinatura da trégua ataçam os sentimentos de ódio contra a comunidade israelita. Assim, em 27 de julho de 1948, o bairro histórico da comunidade, *Wādī Abu Jamīl*, é estremecido por uma explosão violenta que deixa 11 feridos e vultosas perdas materiais⁶⁷.

Do lado político, a guerra da Palestina divide a classe dirigente libanesa e fragiliza o poder de Khoury-Solh. Tão contraditório quanto isto possa parecer, é Camille Chamoun⁶⁸, aliado de *Kamāl Joubblāt*⁶⁹, que se ergue como grande defensor da causa palestina. Em 7 de maio de 1948, depois de passar seis meses na ONU, Chamoun, então ministro do Interior, denuncia a tendência árabe de esperar e sua ausência de preparo militar⁷⁰. Em 3 de agosto de 1948, já livre de suas funções ministeriais, ele se engaja em um ataque rigoroso contra a política governamental. Dirigindo-se ao Primeiro Ministro, ele o fustiga:

... como os outros países árabes, nós combatemos com palavras até o último minuto e baixamos as armas antes mesmo de engajarmo-nos no primeiro combate... A opinião pública acusa o Senhor de fazer uma guerra de teatro... Pessoalmente, me contento de acusá-lo de fazer a coisa mais perigosa que pode fazer um Estado: partir para a guerra sem estar consciente do escopo de tal decisão. O Senhor não se preparou para isto; o Senhor não agiu corretamente na batalha; o Senhor é culpado de negligência ao longo de seu curso e conseqüências⁷¹.

Ao fazer uma leitura sectária da história, podemos interpretar a posição de Chamoun da seguinte forma: enquanto político maronita, ele pode posicionar-se como defensor da honra árabe violada, por conta do fracasso da política árabe muçulmana no salvamento da Terra Santa. Esta política se encarna no Líbano na personalidade do chefe de governo, muçulmano sunita e grande defensor da face árabe do Líbano, Riad Al-Solh...

A derrota enfraquece o poder de Khoury e Solh. O prestígio dos anos pós-independência é substituído por um sentimento de vácuo, de impotência e de perda de confiança. A guerra da Palestina deflorou de certa forma o

⁶⁷ Esta não é a primeira vez que a comunidade judaica é alvo de ataques, desde janeiro os judeus libaneses são alvo de ataques violentos. Para mais informações leia Nasri Antoine Diab, *L'année du Destin*, op. cit. p. 176-245.

⁶⁸ Deputado por Chouf em 1948, depois presidente da república (1952-1958), Camille Chamoun é um dos principais chefes cristãos que vai dirigir a guerra contra os palestinos em 1975.

⁶⁹ Kamāl Jumblāt: fundador do PSP (Partido Socialista Progressista), líder libanês druzo, é o principal defensor da causa palestina.

⁷⁰ Joseph Chami, op. cit., p.244.

⁷¹ Nasri Antoine Diab, *L'année du destin*, op. cit., p.227-228.

vêu pudico do Pacto Nacional e colocou o Líbano diante de sua imagem real, aquela das “comunidades-regiões”. A guerra da Palestina revelou a profunda clivagem entre os partidários de uma política árabe e os defensores de uma aliança com o Ocidente. A guerra de 1958⁷² configuraria assim parte de suas razões na guerra de 1948. As comunidades-regiões saem fortalecidas deste conflito e, se por um breve instante, alguns acreditaram na vitória, a euforia rapidamente se esvaiu, substituída por uma séria “ressaca”. Enfim, uma das graves conseqüências deste conflito é a chegada ao Líbano e instalação de 130.000 palestinos, que desembarcam num país abalado, em busca de estabilidade e coesão nacional.

A instalação destes refugiados é acompanhada do acionamento de imagens coletivas com as quais os palestinos serão daí para a frente associados. Refugiados, desamparados, habitando os campos ou os bairros pobres das grandes cidades, a presença deles divide as opiniões.

Imagens dos Refugiados

Os primeiros anos da chegada dos palestinos são marcados por urgência, provisoriidade, humilhação e consciência da perda do território. Todos estes elementos contribuem, de uma maneira ou de outra, à emergência e modelamento da imagem dos palestinos. Desde então, ser palestino remeterá mais fortemente à uma construção social e mental em constante transformação. A identidade se constrói em volta de histórias nas quais as representações patrimoniais e traços mnemônicos desempenham um papel fundamental.

Árabes da Palestina ou palestinos? São principalmente estrangeiros no Líbano, excluídos do sistema, reforçando uma identidade libanesa que deriva sua razão de ser da imagem do outro. Dois povos em gestação nacional que se definem em espelho em relação ao outro, compartilhando um mesmo território, fragmentados em espaços de encontro e em espaços de enraizamento de identidades nacionais, sociais ou religiosas.

Administrativamente, os palestinos são considerados antes de tudo como turistas em passagem e, em 1951, categorizados como estrangeiros. A menção à origem nacional nos registros familiares do recenseamento de 1951, conservados na Diretoria de Assuntos Palestinos em Beirute, revela a percepção do Estado Libanês da identidade dos recém-chegados. São

⁷² Durante a Guerra de 1958, Forças Nasseristas tentaram acabar com a hegemonia do poder político Maronita no Líbano, confrontando o Presidente Camille Chamoun e seus aliados. O presidente da república procurou alinhar o Líbano ao eixo ocidental contra os sunitas e as forças de Nasser. Esta breve confronto cessou com o desembarque de fuzileiros navais dos EUA em Beirute, durante a operação “Blue Bat”, em julho de 1958.

palestinos, classificados e identificados como tal por um organismo criado para reger suas atividades.

Nos primeiros meses, o tempo não está sob julgamento. O Chefe de Estado, Bichara al-Khoury, com a popularidade baixa, lança vários apelos em auxílio aos refugiados. Em uma mensagem radio-difundida, ele pede os cidadãos que conservem seu sangue-frio e reservem grande acolhida aos refugiados palestinos que começam a afluir ao país:

Abram suas casas, suas igrejas, suas escolas e seus conventos. Que eles se sintam em sua casa como em nossa casa... Dê assistência e subsídio. Garanta seu bem-estar, fraternalmente nesta hora de suplício. Atenuie a desventura e lhes console. Deus os recompensará⁷³.

Esta mensagem, datada de 23 de Abril de 1948, três semanas antes da declaração oficial de guerra libanesa na Palestina e um mês antes de reeleição controversa e anticonstitucional de Khoury, definiu o tom da política libanesa de acolhimento naquele momento. Na véspera de sua entrada na guerra, em 13 de maio de 1958, o Ministro das Relações Exteriores, Hamid Frangiyye, em um pronunciamento enfático à Câmara, afirma:

O Líbano está pronto para acolher os refugiados palestinos, seja qual for seu número e a duração de sua estadia⁷⁴.

Com a irrupção da guerra, o Estado decide interditar o porte de armas aos palestinos, assim como a “chegada ao Líbano de todos os refugiados entre 18 e 50 anos. Somente crianças, mulheres e idosos são admitidos”⁷⁵. O influxo de refugiados provoca a falta de matéria-prima. Palestinos afluentes que chegam em seus belos carros americanos são estigmatizados⁷⁶. O Líbano carece de combustível e de trigo. Preços explodem e o mercado negro se desenvolve⁷⁷. Além disso, o Ministro das Relações Exteriores, Hamid Frangiyye, constata que apesar das decisões de rejeição de todo adulto “de portar armas e não portar um documento justificando sua presença fora da Palestina”⁷⁸, o número de refugiados não deixa de aumentar e refugiados “supostamente em trânsito via Líbano à Síria, em grande parte permanecem no país”⁷⁹.

⁷³ Joseph Chami, *Le mandat de Béchara el-Khoury*, Beyrouth, 2002, p. 238.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 245.

⁷⁵ *Ibid.*, p.241.

⁷⁶ Benny Morris, « The Initial Absorption of the Palestinian Refugees in the Host Arab Countries, 1948-1949 », in A. Bramwell (Ed.), *Refugees in the Age of Total War*. Londres, Unwin Hyman, 1988, p. 254.

⁷⁷ *Idem.*, p.243.

⁷⁸ Sétima Sessão do Parlamento Libanês, 12/05/1948, p. 815.

⁷⁹ *Idem.*

Com a derrota, a situação de urgência continua. Reservas familiares importadas da Palestina diminuem e a condição dos recém-chegados se degrada. Quanto mais dura o refúgio, mais as marcas materiais e psicológicas se fazem sentir. O testemunho de Abou Hussein, originário de Saffouriyye, citado por Rosemary Sayigh, revela o grau de humilhação sentido pelos palestinos em 1949.

...em Tiro a gente começou uma vida que ninguém poderia sonhar ou imaginar. Havia três, quatro, cinco famílias reagrupadas em uma só barraca. A gente viveu muito tempo sem poder se lavar. O lixo aumentava. Mesmo que agora seja necessário (falar), sou envergonhado de descrever nossa vida naquela época⁸⁰ ...

Rosemary Sayigh continua a nos contar a história de outro palestino que viveu em Tiro nesse mesmo momento:

Abou Hussein tem vergonha de dizer que a gente se tornou lento, ele tem vergonha de dizer que a gente espera um dia ensolarado para relaxar. Vivemos como os animais⁸¹.

Estas marcas de pobreza, humilhação e desespero representam ameaças à tranqüilidade da população local libanesa. Em 15 de maio de 1951, o Comitê Central, encarregado das atividades dos refugiados, interdita o movimento de palestinos sem permissão entre as *mouhafazats*. Os refugiados estavam sujeitos às enfermidades que comprometem a saúde dos libaneses⁸².

No mesmo ano, o governo se queixa do ônus que representa a presença do refugiados palestinos no território libanês. Em uma entrevista concedida ao jornal egípcio al-Masri, o Primeiro Ministro Libanês, Hussein al-'Queyni, em visita ao Cairo, declara:

O orçamento libanês é de 68 milhões de libras ao ano, onde 1 milhão de libras é consagrada, por mês, aos 130.000 refugiados palestinos instalados no território nacional, o que não é insignificante para o Líbano. E, a despeito disso, temos um sentimento de fraternidade a esses pobres

⁸⁰ Rosemary Sayigh, *From peasants...*, op. cit., p. 106. Traduzimos esta passagem desde o inglês conscientes de que a primeira versão da citação estava em árabe. [N.T.: Da mesma forma, traduzimos esta passagem da autora conscientes de toda a seqüência da tradução.]

⁸¹ Idem.

⁸² L'Orient, 16 de maio de 1951.

oprimidos⁸³, que tiveram de fugir de suas casas, e esperamos encontrar os meios necessários para satisfazer suas demandas e melhorar sua situação⁸⁴.

Nesta declaração, o Ministro das Finanças não menciona a assistência de organizações humanitárias no alívio dos custos dispensados. O Ministro não fala do direito de retorno para os palestinos. Isto significa que o Líbano – como a Jordânia, a Síria, o Egito e o Iraque – está agora convencido da impossibilidade de retorno, pelo menos de imediato.

Ao mesmo tempo, se ouvem as primeiras vozes contra o assentamento permanente dos refugiados e o perigo que estes representam para o Líbano. O aumento da ameaça palestina segundo o discurso de certas facções libanesas se acentua com a deterioração da situação econômica. Os refugiados são acusados de ser a origem da emigração e da crise econômica. É levantada mesmo a possibilidade de lhes enviar a outro país. No supracitado artigo de Khalil Gemayel, “Líbano país-refúgio”, retirado do periódico francófono *Le Jour*, o autor escreveu:

Desde um ponto de vista humanitário, estes refugiados encontram na Síria, no Iraque (e talvez em algumas regiões da Arábia Saudita, onde vastos espaços estão à sua disposição) melhores condições de vida e um futuro menos precário do que no Líbano... É notório que terras vazias abundam na Síria e no Iraque e que falta mão de obra nestes países. Para um país subpovoado, um aumento de mão-de-obra é talvez um fator de riqueza. Este não é o caso do Líbano. Os refugiados sentirão a severa falta de pão por sua própria presença em um país superpovoado⁸⁵.

Entretanto, a verdadeira explosão contra os refugiados foi feita uma semana após a publicação do artigo, durante a Sessão Parlamentar para o voto sobre o orçamento, em 29 de dezembro de 1951. Para situar o debate, devemos lembrar que durante as últimas eleições de 15 de abril de 1951, Emile Bustani, um palestino de origem libanesa, é eleito deputado da região do Chouf. Ele é o símbolo de sucesso econômico e político. Este homem de negócios funda em 1937, na Palestina, a CAT (*Contracting and Trading Company*), e contrata muitos canteiros de obra com o exército britânico. Em 1948, ele reloca sua sociedade ao Líbano. Já se trata de uma grande companhia, com filiais em muitos países do Golfo. A companhia auferiu contratos de transporte de petróleo e de instalações de oleodutos no Ira-

⁸³ Traduzimos a expressão *mankubins* (aqueles que sofreram a Nakba) pelo termo *accablés*, embora o sentido da palavra em francês não corresponda inteiramente ao sentido que lhe é dado em árabe. [N.T.: Da mesma forma, traduzimos o termo *accablés* da autora conscientes do que foi exposto.]

⁸⁴ Entrevista recuperada em Nahar, 6/1/1949

⁸⁵ *Le Jour*, 19 décembre 1951.

que⁸⁶. No Líbano, a CAT recruta junto aos refugiados e Emile Boustani tenta fazer passar uma lei favorável ao trabalho dos palestinos, já que seu estatuto de estrangeiro não lhes permite trabalhar sem uma permissão. Boustani é apoiado por uma parte dos deputados. Seu principal aliado, o Primeiro Ministro ‘Abdallah Yafi, declara durante a sessão de 29 de dezembro de 1951:

O governo irá desconsiderar, em favor dos palestinos refugiados, as disposições do Código de Trabalho que interditam o trabalho dos estrangeiros.

A posição de Yafi é criticada pelos deputados Elias al-Khoury (deputado maronita do Metn), Qabalan ‘Issa al-Khoury (deputado maronita de Bshar-ré) e Emile Lahoud (deputado maronita do Metn e Ministro da Educação e das Relações Sociais). Lahoud declara:

Considero que os libaneses têm o direito preferencial de trabalho e que seus interesses passam à frente daqueles dos palestinos

Dirigindo-se a Lahoud, Emile Boustani declara que um Ministro deve alinhar-se com o conselho de seu Primeiro Ministro. Qabalan ‘Issa al-Khoury manda Boustani se calar e disso passam a invectivas em meio a um clima truculento. Os deputados acusam Boustani de demagogia, avaliando que os trabalhadores libaneses devem ter prioridade empregatícia sobre os palestinos. O tom se torna agressivo e Elias Khoury pergunta em tom irônico à Boustani se ele não doaria sua cidadania libanesa aos refugiados palestinos. O Primeiro Ministro intervém então para dizer que é favorável à uma política de tolerância em relação aos refugiados, mas Lahoud reafirma que protegerá a mão-de-obra nacional e que os poderes públicos intervirão para defender tal lei. Boustani quer responder mas é impedido pelo clamor de protesto e punhos cerrados sobre a mesa. Ahmad al-As’ad, Presidente da Câmara, toma então o pretexto do tumulto para adiar a sessão⁸⁷.

Esta sessão poderia ter resultado em uma lei favorável aos palestinos. Concedendo o direito de trabalho, os deputados da época poderiam ter contribuído para o desbloqueio de uma situação de exclusão sem saída, que contribuirá inevitavelmente ao conflito. O estudo desta sessão e do discurso supracitado demonstra que a representação dos palestinos está a partir de então ligada ao fracasso de uma política árabe. O palestino é associado à figura do refugiado, o “outro”, perdedor por excelência, aquele que se rejeita por medo de ser identificado ou assimilado a ele.

⁸⁶ Souheil al-Natour, *Les Palestiniens du Liban*, op. cit. p. 66 et 67 e Yusif Sayigh, *Economic Implications...*, op. cit. p. 66.

⁸⁷ Joseph Chami, *Le mandat de Béchara el Khoury*, op. cit. p. 415.

Portanto, na “psicologia coletiva”⁸⁸ dos libaneses, a imagem do palestino se modifica ao longo dos anos. Primeiramente percebidos como vindos de um país rico e próspero⁸⁹, o palestino se torna com o tempo um elemento estrangeiro, perigoso para a economia e para a estabilidade política do país.

CONCLUSÃO

Além de desembarcarem em um país com um sistema político ambíguo, os palestinos devem fazer face a uma nova geografia de seu espaço. Esta nova realidade territorial nega a existência de um espaço histórico (a Palestina), fixa as fronteiras libanesas com o novo estado judeu e recria um novo espaço para os palestinos assentados em o solo libanês. Se nos primeiros meses que seguem seu êxodo eles não se dão conta da amplitude da *Nakba*, os palestinos colidem rapidamente com a realidade do exílio. Privados de suas terras, são cativos da realidade libanesa em seu cotidiano. Antes de 1948 são percebidos como turistas ricos da palestina, depois da *Nakba* se tornam residentes dos campos – *soukkan al-moukhayyamats* – os refugiados – *al-lajji'ins* – os estrangeiros perturbadores da ordem social, econômica e religiosa. A partir de então o palestino representa uma ameaça à tranquilidade pública e um fator de divisão da “coesão nacional”. Ele é aquele que vai entravar a formação de uma identidade nacional unificada, ele é aquele que vai alargar fortemente as clivagens entre as comunidades-regiões libanesas. A presença dos palestinos contribui de forma direta à reinvenção de um “self” libanês que certamente não é homogêneo, mas que se constrói como imagem especular invertida do “outro”, exilado, refugiado, estrangeiro, *ausente*...

Esta lenta transformação da imagem do palestino se acompanhará de uma exclusão progressiva em um espaço e em uma sociedade em construção, ao seio de um estado em falta de uma afirmação nacional⁹⁰. Desde então, os palestinos constituem um novo elemento conflituoso ao seio de uma sociedade dividida⁹¹. Esta construção contribui para fazer deles alvo de um conflito “interior” que começa em 1958, culmina em 1975 e perdura no pós-guerra com o assassinato de Rafiq Hariri em 14 de fevereiro de 2005. O período que se segue ao assassinato do Primeiro Ministro é marcado por

⁸⁸ Utilizamos o termo « psicologia coletiva » inspirados na obra de Blondel, tal como comentada por Maurice Halbwachs em seu artigo «La psychologie collective d'après Charles Blondel ». Paris : : Revue critique, 107, 1929. (p. 444 a 456).

⁸⁹ Os primeiros a chegar foram, em sua maioria, de classes urbanas e afortunadas da Palestina.

⁹⁰ Rosemary Sayigh, *From Peasants to Revolutionaries*, Zed Books, London, p. 103-113.

⁹¹ Mesmo se esta hipótese é concreta e real no Líbano pós-guerra de 1948, resta manter-se prudente quanto à sua utilização aos 10 anos que precedem a Guerra Civil Libanesa e durante os primeiros anos da guerra (1975-1983), quando os palestinos agruparam em torno de si facções progressistas, em sua maioria muçulmanas.

um vácuo governamental, uma profunda crise política e uma retomada da violência. Os libaneses são divididos: de um lado os partidários do “14 de Março” se reúnem em torno do Mustaqbal de Saad Hariri, o Partido Socialista de Walid Joumblat e das Forças Libanesas de Samir Geagea. Do outro lado, outros se reúnem em torno do “8 de Março”, majoritariamente composto por partidários do Hezbollah e da Corrente Patriótica Livre do General Michel Aoun. Estas duas forças possuem uma visão distinta da política interna libanesa. São sobretudo produtivas de imagens antagonistas de um “self” libanês pós-guerra em busca de uma identidade nacional comum. Os dois únicos momentos em que se assiste à uma entente nacional são a guerra contra Israel em julho de 2006 e a batalha do campo de refugiados de *Nahr al-Bared*. Em face à violência e ao excesso do ataque israelense, os libaneses se reconciliam em um breve momento contra este inimigo exterior. No entanto, uma vez que a Guerra de Julho termina, as divisões se tornam mais uma vez profundas e a reconciliação improvável. O cerco e a destruição do campo de refugiados palestinos *Nahr al-Bared* pelo exército libanês (junho-setembro 2007), visando desalojar um pequeno grupo de militantes sunitas radicais resolutos em transformar o campo em um centro de insurreição dirigida ao mesmo tempo à Israel, ao estado libanês e ao grupo xiita Hezbollah, é sem dúvida um episódio que faz recordar mais uma vez a centralidade da presença palestina na regulação das relações libanesas. Esta batalha agrupa os libaneses, divididos, detrás do exército – símbolo de uma unidade nacional deficiente – contra os estrangeiros, inimigos do interior. Os palestinos, assimilados aos terroristas (em sua grande maioria não-palestinos), se tornam o elemento necessário à reconciliação nacional. Assim, depois da batalha de *Nahr al-Bared*, o chefe de Estado Maior, Michel Sleiman, herói unificador, se torna Presidente da República em 25 de Maio de 2008, reestabelece a ordem, reconcilia os libaneses e inicia um diálogo nacional.

RÉSUMÉ

Cette étude a pour objectif d’analyser l’identification des Palestiniens durant les premières années de leur exil libanais (1947-1952). Il s’agit d’abord de revenir sur la mise en place des frontières séparant le Liban de la Palestine mandataire et de l’État d’Israël post- 1948. En deuxième lieu, il est question d’étudier tout un ensemble de politiques qui définissent l’attitude institutionnelle libanaise à l’égard d’une population étrangère. L’article se termine par une analyse de l’impact des frontières sur le façonnement des nouvelles identités palestiniennes et libanaises, de la redéfinition de l’espace dans lequel s’étaient construites les identités

des habitants de part et d'autre de la ligne séparant le Liban sous mandat français de la Palestine sous domination britannique, du Liban indépendant avec le nouvel état d'Israël.

Mots clés : Palestiniens au Liban, frontières, construction des identités palestiniennes et libanaises (1947-1952)